

CONSELHO GERAL

ATA Nº 2/2019

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, na Sala de Reuniões dos Serviços Centrais do IPSantarém, o Presidente do Conselho Geral Professor Francisco Madelino, verificada a existência de quórum, deu início à reunião ordinária do órgão com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

Ponto 1 - Informações;

Ponto 2 - Aprovação da Ata da reunião anterior já aprovada em minuta;

Ponto 3 – Orçamento 2020;

Ponto 4 – Aprovação do documento Plano Estratégico do IPSantarém 2022;

Ponto 5 – Outros assuntos.

Estiveram presentes (Anexo 1), os membros, Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Aluna Sara André, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng.º António Campos, Dr. António Filipe Rodrigues, Prof. Manuel Santana Castilho, Eng.º Nelson Baltazar.

Estiveram também presentes, sem direito a voto, o Presidente do Instituto, Prof. José Mira Potes e o Administrador do IPSantarém, Dr. António Marques. Justificaram a sua ausência o Prof. Abel Santos, a Prof.ª Isabel Barroso, a Prof.ª Maria João Cardona.

A Prof.ª Maria José Diogo solicitou a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos “Ponto de situação orçamental relativa ao ano de 2019”.

O Presidente do Conselho Geral colocou à votação a aceitação de inclusão de ponto 3 à Ordem de Trabalho intitulado “Ponto de situação orçamental relativa ao ano de 2019”.



Foi votada a inclusão de um **ponto 3 - Ponto de situação orçamental relativa ao ano de 2019** na Ordem de Trabalhos. A inclusão do ponto três foi aprovada por unanimidade com 15 votos. **Votaram a inclusão do ponto na O.T:** os membros, Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Aluna Sara André, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng.º António Campos, Dr. António Filipe Rodrigues, Prof. Manuel Santana Castilho e Eng.º Nelson Baltazar.



A Ordem de trabalhos passou a ter a seguinte composição:

Ponto 1 - Informações;

Ponto 2 - Aprovação da Ata da reunião anterior já aprovada em minuta;

Ponto 3 - Ponto de situação orçamental relativa ao ano de 2019;

Ponto 4 – Orçamento 2020;

Ponto 5 – Aprovação do documento Plano Estratégico do IPSantarém 2022;

Ponto 6 – Outros assuntos.

Ponto 1 da OT – Informações.

O Presidente do Conselho Geral, Professor Francisco Madelido informou ter recebido da Prof.ª Isabel Maria Rodrigues Ribeiro Barroso da Silva o pedido de suspensão do exercício do mandato, de acordo com o artigo 21º do Regimento do Conselho Geral, por se encontrar em dispensa especial de serviço ao abrigo do artigo 36º-A do ECDESP – Decreto-Lei n.º 207-2009, de 31 de agosto, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 29 de agosto de 2019. Mais informou ter despachado *“Visto. Atendendo à data de entrada, proceder à substituição no próximo”* Conselho Geral (Anexo 11).

O Secretário do Conselho Geral, Prof. João Samartinho, informou que dois representantes dos alunos tinham terminado o seu Curso passando a membros efetivos, por sua substituição, os alunos Patrícia Botas (ESES) e Sara André (ESGTS). Mais informou que em substituição da Professora Isabel Barroso, durante o período de suspensão do exercício do seu mandato, integrará o Conselho Geral a Professora Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira,



uma vez que é o oitavo elemento da Lista A, sendo certo que o sexto elemento desta lista seria a Professora Maria Potes Barbas que apresentou “Renúncia de mandato”, Registo N.º 2027 de 25 de maio de 2018 do IPSantarém (Anexo 5), e sétimo o Professor Luís Filipe Cid Serra que já se encontra como membro efetivo do Conselho Geral em substituição do Professor José Mira Potes (Presidente do IPSantarém).

Ponto 2 da OT – Aprovação da Ata da reunião anterior já aprovada em minuta.

Posta à votação a Ata da reunião anterior, reunião de 14 de maio de 2019, (Anexo 2), foi aquela **aprovada por unanimidade** dos presentes, Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos e Prof. Manuel Santana Castilho.

Não votaram a Ata, por não terem estado presentes nessa reunião, o Prof. Vitor Costa, a Prof.ª Maria Fernanda Pires, a Prof.ª Teresa Serrano, a Aluna Sara André, o Eng.º Nelson Baltazar, o Eng.º António Campos e o Dr. António Filipe.

Ponto 3 da OT – Ponto de situação orçamental relativa ao ano de 2019.

Presidente do IPSantarém explicou a atual situação indicando que foi solicitado em tempo o reforço orçamental e o mesmo aceite sob condição, traduzida nas três opções constantes remetidas aos pedidos de reforço orçamental de três institutos politécnicos onde, se transcreve em baixo o n.º 7 do “Pedido de Reforço Orçamental – 2019” do Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental das Instituições de Ensino Superior Público, Ref.ª 908/SAP/2019 de 30/09/2019, documento dirigido ao Sr. Presidente do Conselho Diretivo do IGeFE, IP (note-se que as condições colocadas envolvem os pedidos de reforço orçamental dos Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Tomar e Santarém):

«

7. Sugere-se que, no âmbito do artigo 152º do RJIES, o MCTES considere que estas instituições estão perante uma situação de crise institucional grave e que requerem uma ação específica nos seguintes termos:



- *Construir uma equipa, em colaboração com as Instituições, que permita identificar até 31 de dezembro de 2019 as medidas urgentes a implementar;*
 - *Avaliar a necessidade de nomeação de um gestor público para acompanhar a gestão da instituição;*
 - *Avaliar a necessidade de integrar a Instituição num consórcio com outras instituições similares.*
- »

A Professora Teresa Serrano questionou o Presidente do IPSantarém nos seguintes moldes: *“Sr Presidente do Instituto como justifica, de acordo com os documentos apresentados, o aumento de 26 ETI em docentes, para um aumento de 121 alunos de acordo com o mapa do RAIDES que apresentam? Existe um aumento de 30 PREVPAV, devendo estes ser admitidos apenas se se justificassem. Por outro lado qual a justificação de se ter admitido e efetuado concurso, já publicado em DR, para chefes de divisão, em substituição de técnicos superiores?”*

O Presidente do Conselho Geral, Professor Francisco Madelino usou da palavra e falou sobre a situação orçamental de 2019, abordando igualmente o orçamento para 2020 e o plano estratégico 2022:

«

Sobre os Documentos em apreciação no Ponto 3. da Ordem de Trabalhos, Ponto de Situação do Orçamento para 2019, assim como do Orçamento para 2020 e Plano Estratégico 2022, agendados nos pontos seguintes, o Presidente do Conselho Geral referiu os seguintes aspetos:

- Na apreciação deste Orçamento para 2020, ao que se junta o Plano Estratégico, o que há em concreto, e sobre o qual se tem de partir, são três documentos, um que suporta o Despacho do Senhor Ministro, que declara o IPS em crise, e aponta para três soluções urgentes e restritivas, e os Pareceres do Conselho de Gestão e do ROC, que suscitam grandes reservas ao Orçamento apresentado.

ccf.


- O Presidente do Conselho Geral nunca teve conhecimento, a não ser por notícias na Comunicação Social, nem acesso formal, ao documento do Ministério, apesar do mesmo ter sido distribuído aos Diretores de Escola, em reunião havida, julgando que, pela sua importância e relevância, devia ter sido dado conhecimento, em concreto, ao Conselho Geral e ao seu Presidente, pelas funções inerentes a este Órgão. Houve apenas uma informação vaga, no dia da reunião com o Sr. Ministro, no dia 21 de Novembro, e depois acrescentado por SMS que havia contactos, mas nunca, em concreto dado o documento, com a sua gravidade inerente, nem informação sobre o conteúdo das reuniões havidas com os Diretores das Escolas, nem dos contactos posteriores e respetivos desenvolvimentos, pelo que se solicita que o Conselho Geral seja informado do ponto de situação deste dossier, em todos os momentos, face à sua gravidade.

- No que concerne ao conhecimento informal do Documento do Ministério, e do Despacho do Sr. Ministro, entende-se que não há condições de votar os dois documentos agendados, já que a proposta de Orçamento não corresponde ao exigido no Despacho da Tutela, nem o Plano Estratégico incorpora esta restrição imperativa. Adicionalmente, entende-se que a negociação, a fazer pelo IPS, deve corresponder às linhas estratégicas correspondentes ao Parecer dos Membros Externos, previamente enviado, sobre a Proposta de Orçamento para 2020 do IPS, subscrito pelo Presidente do Conselho Geral, e por mais dois subscritores, os Membros Externos Nelso Baltazar e Santana Castilho, o qual se pede assim que se junte à Ata.

- Na metodologia futura de contactos com o Ministério, julga-se que a Presidência do IPS deve constituir um caminho que coloque os Diretores das Escolas no grupo de trabalho que apresente a Proposta de redução da despesa exigida ao IPS, a apresentar ao Ministério até 31 de Dezembro, e que deve ter por objetivo fundamental garantir a autonomia do IPS Santarém.

»

O Professor Vitor Costa referiu que "a análise da situação orçamental deveria ter por referência três documentos base, o Pedido de Reforço Orçamental do Instituto, o Contrato de Legislatura, e Despacho do Ministro com a Nota do Grupo de Monitorização e Controlo Orçamental, que refere que se o Instituto tivesse feito o referido no ponto 4 da referida Nota não estaria agora a pedir mais 2,5 milhões de euros. O Ministro foi ver a evolução dos pedidos, 2016 (1,2 milhões), 2018 (1,7 milhões), e agora em 2019 (2,5 milhões), e terá tido uma reação dura. Na reunião com a Presidência do Instituto disse que, enquanto Diretor da ESGT estava disponível para ajudar a encontrar uma solução para esta situação, desde que todas as hipóteses estivessem em aberto e todos os dados estivessem em "cima da mesa"".



O Dr. António Filipe declarou para a Ata após a sua intervenção:

«

Ao tomar conhecimento do Despacho do Ministro do Ensino Superior sobre a situação financeira do Instituto Politécnico de Santarém e das medidas nele preconizadas que, no essencial, representam a instauração de uma tutela financeira externa ao IPS, ao arrepio dos princípios de autonomia democrática das instituições de Ensino Superior, não pude evitar um sentimento de injustiça sobre a forma como a tutela trata este Instituto.

Na verdade, o défice estrutural que o Instituto apresenta tem causas que são conhecidas de todos os intervenientes neste processo. Resultam de, há vários anos atrás, uma Direção do Instituto que já cessou funções, ter utilizado verbas do PIDDAC para, impropriamente, acorrer a despesas correntes. Tal facto foi reconhecido e assumido por todos e implicou todos os anos desde então, um reforço financeiro assegurado pelo Governo para que o IPL pudesse satisfazer os seus compromissos, designadamente salariais, nos últimos meses de cada exercício orçamental.

Esta situação poderia ter sido corrigida e ter sido assumida atempadamente a necessária correção, mas não houve vontade política para tal. Dessa forma, o Instituto manter-se-ia asfixiado financeiramente e sem capacidade de reivindicação, dado que o défice estrutural seria sempre imputado à sua responsabilidade. Situação muito conveniente a uma tutela mais interessada em fazer cortes orçamentais do que em desenvolver o Ensino Superior.

O despacho ministerial em referência aponta para a necessidade imperiosa de redução dos custos do IPS. Confrontando os custos do IPS com o serviço prestado por este à região em que se insere poderemos considerar esta instituição como um fardo orçamental desproporcionado para o país? É minha convicção que não. O IPS tem escolas de referência a nível nacional e tem uma importância para a região que não deve ser menosprezada. É dever do Estado, em minha opinião, apoiar o Instituto e contribuir para o seu desenvolvimento. A necessidade do indispensável rigor financeiro na gestão do IPS não justifica a imposição de um garrote financeiro imposto sob ameaças.

Cinco anos depois do país se ter libertado da humilhação imposta por uma troika indesejável, é o Instituto Politécnico de Santarém que se vê submetido a uma tutela governamental que recorre a métodos muito semelhantes e que compromete o presente e o futuro do Instituto.

António Filipe

»



A Professora Maria José Diogo disse achar que a atual situação é um ultimato mas que tem a ver não com o défice estrutural que já existia de 1,4 milhões mas sim do milhão a mais que aparece. De onde é que ele veio.

O Eng. António Campos também perguntou, com base no programa eleitoral e no plano estratégico, se a presidência se considera em condições e concorda com as alterações estruturais que vão contra o programa eleitoral. Disse ainda que a presidência tem de ser muito sincera e dizer estamos dispostos, queremos, concordamos ou não.

O Professor José Mira Potes, Presidente do IPSantarém, disse que gostaria de manifestar a sua satisfação pessoal pela forma como todos abordaram o problema e estão dispostos a colaborar. Viu o comprometimento dos diretores e o apoio que manifestaram aqui para resolvermos o problema em conjunto.

Para finalizar este ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente do Conselho Geral lembrou ainda que há um cenário de ter uns serviços centrais, centralizados, e há o modelo que é ter representação dos serviços centrais nas escolas (funções repetidas) ... esta situação leva sempre a duas coisas: os diretores das escolas serem envolvidos e haver alterações estatutárias. Uma reunião acompanhada pelos diretores das escolas é importante.

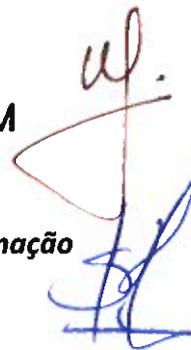
Retirou-se a aluna Sara André às 16h49.

O Conselho Geral redigiu e aprovou por unanimidade dos presentes a seguinte Recomendação:

«

RECOMENDAÇÃO

O Conselho Geral recomenda à presidência do IPSantarém envidar esforços para encontrar com a Tutela um cenário de racionalização financeira e que este cenário/plano seja construído com o apoio e envolvimento direto dos Diretores das Escolas do Instituto.



Mais recomenda que o plano resultante seja compatível com uma estratégia de afirmação do IPSantarém como entidade dinâmica e de referência na região.

»

A recomendação foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Vítor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng.º António Campos, Dr. António Filipe Rodrigues, Prof. Manuel Santana Castilho, Eng.º Nelson Baltazar.

Ponto 4 da OT – Orçamento 2020.

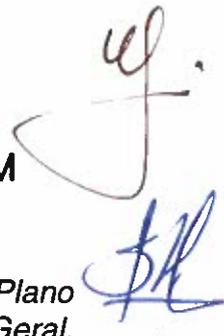
Este documento não foi sujeito a aprovação e foi analisado conjuntamente com os documentos:

- Extrato da Ata de Reunião – Ponto 3 da OT - Conselho Consultivo Gestão n.º 5/2019 de 25nov2019 (Anexo 6);
- Relatório do ROC de contas sobre instrumentos de gestão previsional de 25nov2019 (Anexo 7);
- Correio eletrónico (*e-mail*) remetido pelo Professor Abel Santos de 26 nov2019 às 22h08 (Anexo 9);
- Correio eletrónico (*e-mail*) remetido pelo Professor Francisco Madelino, Presidente do Conselho Geral, de 27 nov2019 às 15h09 (Anexo 10).

Face à proposta de Orçamento para 2020 e ao Plano Estratégico do IPSantarém para 2022 os Membros Externos do Conselho Geral Francisco Madelino, Nelson Baltazar e Santana Castilho, apresentaram a seguinte tomada de posição:

«

Posição dos Membros Externos do Conselho Geral Do Instituto Politécnico de Santarém



Apresentados os seguintes documentos, Proposta de Orçamento para 2020 e Plano Estratégico do IPS Santarém para 2022, os Membros Externos do Conselho Geral, abaixo assinados, de acordo com os artigo 15º dos Estatutos dos IPS, nomeadamente o seu número 2 (alíneas a), b), c)), manifestam as seguintes preocupações:

- i. No seguimento do seu Parecer, anexado à reunião que aprovou o Orçamento e o Plano de Atividades para 2019, tal qual consta da Ata nº6/2018, em que se manifestou “dificuldade de aceitar um orçamento com um défice de 2 281 579 Euros”, e a consciência “da necessidade de aprofundar as adaptações internas”, sobretudo para suportar as reivindicações dum maior envolvimento orçamental do Ministério tutelar na resolução deste défice, não se vislumbrou, porém, desde a entrada desta nova equipa gestionária, quaisquer adaptações internas racionalizadoras, pelo que se conhece. O Plano Estratégico, agora apresentado, e o Orçamento para 2020, continuam, assim, a não apresentar poupanças internas, antes agravando-as. O Primeiro documento é mesmo omissivo sobre restrições e soluções financeiras, sabendo-se que estas são um dos elementos e condicionantes estratégicas fundamentais, e não apenas variáveis exógenas, como os membros externos CG, no Parecer referido, lembraram.*

- ii. Atendendo a este contexto, os Membros Externos que assinam este Parecer, demarcam assim as seguintes linhas imperativas de intervenção:*
 - a. Garantir a independência, a autonomia e a identidade regional do IP de Santarém;*
 - b. Reduzir os custos significativos da estrutura central de gestão, sobretudo nas duplicações com as Escolas;*
 - c. Diminuir a estrutura de gestão das Escolas, também demasiado numerosa;*
 - d. Alterar os Estatutos, de forma a permitir um caminho estratégico racional, de acordo com as transformações referidas em b) e c).*
 - e. Racionalizar os tempos de lecionação dos Docentes, assim como a dimensão do Corpo Docente, devendo ser equilibrados entre Escolas, numa estratégia transitória para os ótimos legais, num período limitado à trajetória adaptativa orçamental.*
 - f. Apresentar estas mudanças nos documentos referidos e, rapidamente, num outro documento à Tutela, clarificando este os seus princípios genéricos, este último no limite de duas semanas, a cargo da Presidência ou dum grupo alargado, que envolva os Diretores das Escolas, sendo esta última a preferência.*



Francisco Madelino

Nelson Baltazar

Santana Castilho

»

O Conselho Geral do IPSantarém tomou conhecimento da proposta de orçamento para 2020 (Anexo 3) considerando-o um documento de trabalho a ser reformulado no processo de convergência iniciado entre o IPSantarém e a Tutela e seguindo as recomendações do ponto 3 da O.T.

Encontravam-se presentes os membros: Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng.º António Campos, Dr. António Filipe Rodrigues, Prof. Manuel Santana Castilho, Eng.º Nelson Baltazar.

A Professora Teresa Serrano declarou *“Não me sinto em condições de aprovar este orçamento e ficar vinculada a ele, quando o mesmo foi efetuado com base em pressupostos diferentes do que se pretende para 2020”*.

Ponto 5 da OT – Aprovação do documento Plano Estratégico do IPSantarém 2022.

Este documento não foi sujeito a aprovação, foi analisado conjuntamente com os documentos em baixo e o Conselho Geral sugeriu a sua retirada e eventual reestruturação (eventualmente para um período mais longo 2025 e tendo em atenção a atual situação do Instituto):

- Extrato da Ata de Reunião – Ponto 3 da OT - Conselho Consultivo Gestão n.º 5/2019 de 25nov2019 (Anexo 8);

Foi analisado o documento Plano Estratégico do IPSantarém 2022 (Anexo 4) tendo por base os documentos enviados, o contexto e enquadramento da discussão realizada nos pontos anteriores, sendo **recomendação deste Conselho** que o mesmo seja aprimorado pelo que resultar do processo de convergência com a Tutela e com os *inputs* e a reflexão e o contributo resultante das competências internas das Escolas do IPSantarém.



Estiveram presentes na análise do documento Plano Estratégico do IPSantarém 2022 (Anexo 4) os membros, Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Eng.º António Campos, Dr. António Filipe Rodrigues, Prof. Manuel Santana Castilho, Eng.º Nelson Baltazar.

A Professora Teresa Serrano referiu: *“Refiro o mesmo que disse em relação ao ponto anterior. Por outro lado, o plano estratégico apresenta na pg 19 uma estrutura diferente da atual, o que implica um aumento na estrutura, nomeadamente, gabinetes que passam a serviços e criação de outros gabinetes.*

Quanto ao plano estratégico e aos comentários já referidos pelos conselheiros, em relação a ter sido efetuado por uma firma externa, pouco envolvimento dos internos, um enumerado de atividades e sem estratégia, são comentários idênticos ao plano estratégico anterior feitos por elementos hoje com responsabilidade neste plano.”

O Professore Vitor Costa referiu, relativamente ao plano estratégico apresentado *“que o trabalho feito pela empresa de consultoria é pobre, não tendo sido sequer consultados vários stakeholders, nomeadamente as grandes empresas da região e associações empresariais, assim como as associações de estudantes. Elenca vinte e três ações de pertinência duvidosa, referindo até uma que nem se sabe o que é. Um plano estratégico envolve escolhas e não vejo aqui escolhas, e tem de mostrar o caminho para sairmos da “tempestade” em que nos encontramos, o que não faz. O plano estratégico deveria ser a cinco anos, pois vamos atravessar nos próximos 3 anos um período de racionalização/estagnação para depois tentarmos iniciar um ciclo de expansão. Este Plano Estratégico deve ser revisitado após a clarificação da situação de crise orçamental do Instituto, para pouco servindo no momento atual.”*

O Professor Nuno Bordalo Pacheco referiu querer *“pôr em cima da mesa alguns dados factuais e desfazer alguns mitos importantes deste processo. As resoluções tomadas neste conselho são importantíssimas e a presidência vai implementá-las estritamente. É uma casa de ciência, é também de tecnologia, é uma casa de saber(...) antes de mais queria reforçar aqui que entre*

2017 e 2019 este instituto subiu em número de alunos 12,9% e estamos num ranking muito interessante. No que diz respeito ao que o estado nos dá por cada um dos alunos há uma série de institutos que estão pior do que nós. Orçamentação per capita superior a Santarém: Viseu, Castelo Branco, Portalegre, Tomar. A nossa capitação está em cerca de 3400 e vai baixar este ano para 3200 euros. O aumento da massa salarial acumulada em novembro deste ano foi de 10,1 % relativamente ao período homólogo de 2017. O aumento da massa salarial nesse período foi de 4,4% nos Serviços Centrais. Na ESGTS o aumento da massa salarial foi cerca de 13%, tendo a massa salarial referente a docentes contratados subido 117%. O seu número de alunos aumentou nesse período 18%.”

Ponto 6 – Outros assuntos.

Não houve outros assuntos a serem tratados.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Prof. Francisco Madelino, deu por encerrada a reunião pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida foi aprovada, por unanimidade, com os votos favoráveis dos membros presentes, Prof. Francisco Madelino, Prof. Nuno Bordalo Pacheco, Prof.ª Teresa Serrano, Prof. João Moutão, Prof. João Samartinho, Prof. Vitor Costa, Prof.ª Fernanda Pires, Prof. Luís Cid, Prof.ª Maria José Diogo, Dr.ª Maria de Fátima Matos, Dr. António Filipe Rodrigues, Eng.º Nelson Baltazar.

A presente Ata vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho Geral.

O Presidente



Prof. Francisco Madelino

O Secretário



Prof. João Samartinho